

LES 237 – Sociedade, Cultura e Natureza ESALQ/USP

Grupo A5 Isadora Trouva Vieira, Lucas De Oliveira, Felipe Lino, Luiz Tutui e Natália Piai.

Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes

O texto em questão aborda as diferentes concepções sobre a segurança alimentar e a evolução desse conceito nos últimos anos. Aborda a ambivalência de interpretações em torno desta noção, pois por um lado pode ser compreendida como forma de proteção às agriculturas locais, enquanto, por outro lado, pode ser concebida a partir de uma estratégia de liberalização do comércio internacional dos alimentos.

A noção de segurança alimentar emerge no pós guerra, com uma perspectiva de estratégia militar, considerando o papel do controle sobre o fornecimento de alimentos. Assim, a alimentação pode ser considerada como uma “arma poderosa”, atrelada a um significado de segurança nacional.

Princípios de segurança alimentar estão inseridos nos textos da Política Agrícola Comum (PAC) na Europa. O ponto central dessa política foi assegurar uma oferta abundante e com preços reduzidos de produtos alimentares europeus mantendo uma remuneração adequada aos agricultores. Esta política acelerou a modernização da agricultura de uma forma produtivista. Progressivamente, tal produtivismo passa a ser altamente contestado por ter efeitos nefastos em questões sociais e ambientais, tais como degradação dos recursos naturais e desaparecimento de explorações familiares marginalizadas.

No Brasil o termo segurança alimentar começou a circular nos anos 80, mas foi sobretudo impulsionado pelas forças políticas da transição democrática. No início dos anos 1990, o governo paralelo de oposição ao presidente Collor de Mello propôs uma Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), que defendia a democratização, aumento da renda, reforma agrária e reforçava a ideia de equidade no acesso aos alimentos. Com a destituição de Collor de Mello, o governo de Itamar Franco implanta entre 1992 e 1994, uma série de políticas de segurança alimentar, tal como “Leite é saúde”, “Alimentação do trabalhador”, “Distribuição emergencial de alimentos no Nordeste”. Estas políticas são concebidas no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), previsto do PNSA.

Ainda no Brasil, uma outra proposta de segurança alimentar com viés produtivista é nesta mesma época apresentada pela Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG). Esta última defende a importância do setor agroindustrial para aumentar substancialmente a oferta de alimentos com vistas a combater a fome e a subalimentação, o que bastaria, segundo os representantes da ABAG, para alcançar segurança alimentar.

No âmbito internacional foi realizada em 1996 a Cúpula Mundial de Alimentos em Roma, organizada pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta conferência foram discutidas medidas para combater a fome no mundo. Porém, a “Via Campesina”, organização de representação internacional dos camponeses, recusou-se a assinar o documento final do evento em razão de sua insatisfação com a ambiguidade em torno da segurança alimentar. Sua posição contra a visão produtivista se assenta na ideia segundo a qual o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não pode se resumir à oferta abundante de alimentos baratos. Assim, ressalta a importância das agriculturas locais em promover uma melhor qualidade na alimentação da população.

Assim, em contraposição à bandeira produtivista para solucionar o problema da segurança alimentar, emerge o conceito de soberania alimentar, apostando na valorização da agricultura familiar. Apesar do sistema produtivista permitir o aumento da oferta de alimentos, tal crescimento não garante uma melhor alimentação para uma grande parte da população. Segundo dados da FAO, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar passou de 850 milhões para um bilhão de indivíduos entre 2007-2010.

A soberania alimentar vem ganhando cada vez mais força, priorizando a produção agrícola local para alimentar a população, favorecendo o acesso a agricultores sem-terra à água, sementes e crédito¹. Na ótica da soberania alimentar, o modelo agroindustrial asfixia os recursos ecológicos dos quais somos dependentes, além de não suprir as demandas de alimentos.

O principal obstáculo para alcançar a segurança alimentar local é justamente o poder do livre comércio e das multinacionais agroexportadoras, expulsando os agricultores de suas terras e degradando cada vez mais o meio ambiente. Assim, a soberania alimentar seria a solução mais pertinente para muitos movimentos sociais e pensadores.

Nesta perspectiva, trata-se de tornar os próprios consumidores mais consciência da qualidade dos alimentos consumidos. Esta qualidade se associa às produções das unidades produtivas pequenas e diversificadas, mais produtivas que as grandes monoculturas agroexportadoras, oferecendo alimentos mais saudáveis em termos sociais e ambientais.

Autor citado no texto, Marc Dufumier aponta que 75% dos indivíduos em estado de insegurança alimentar pertencem a famílias agricultoras pobres. Tal realidade mostra a importância da proteção e apoio a esse tipo de agricultura, assegurando alimento e renda para esses grupos sociais mais vulneráveis.

¹ Outra abordagem interessante sobre a segurança alimentar, com proximidade com a noção de soberania alimentar, é aquela da USAID (United States Agency for International Development). Propõe vários passos chave para aumentar a produtividade agrícola, a renda rural e reduzir a insegurança alimentar. Esses passos consistem em promover a agronomia e a agricultura familiar, assegurar direitos de propriedade e acesso ao financiamento, melhorar o capital humano pela educação e melhoria na saúde, prevenção de conflitos e responsabilidade e transparência nas instituições públicas.

Desta forma, o tema aqui tratado é extremamente atual, associando os debates sobre a sustentabilidade, o aquecimento global e a perda da biodiversidade. Portanto, agriculturas locais menos intensivas em insumos industriais, representando menor deslocamento para o escoamento de seus produtos, têm vantagens consideráveis sobre o sistema produtivista agroindustrial.

A estratégia de agricultores familiares paulistas é tratada no artigo a partir das ideias da soberania alimentar. Iniciativas como a criação de cooperativas e comercialização direta de seus produtos trouxeram múltiplos benefícios, como o estabelecimento da confiança entre produtor e consumidor, diminuição dos riscos alimentares e reconhecimento do papel do agricultor familiar. Vale lembrar que a agricultura familiar desempenha papel fundamental na produção do país. Ela é responsável por 87% da oferta de mandioca, 79% de feijão e 69% de milho.

Em conclusão, foi a partir das insatisfações quanto à ambivalência em torno da segurança alimentar que surgiram propostas diferenciadas a fim de atender aos objetivos de abastecimento alimentar e de combate contra a fome. A defesa da proteção da produção local de pequenos agricultores, acompanhada de justificativas sociais e ambientais, a fim de uma melhor qualidade e maior disponibilidade de alimentos, constitui uma nova perspectiva para o futuro do nosso planeta.